

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.093 - SP (2019/0356191-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : PAULO AFFONSO CIARI DE ALMEIDA FILHO - SP130053
RICARDO AZEVEDO SETTE - SP138486
FABRICIO FAGGIANI DIB - SP256917
AGRAVADO : CARUARU DIESEL S A VEICULOS PECAS E
ACESSORIOS
ADVOGADO : LUÍS ANTÔNIO MIGLIORI - SP023073

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO RECORRIDO.

AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA QUE SE PRONUNCIE ACERCA DAS MATÉRIAS OMITIDAS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. em face de decisão que inadmitiu o recurso especial interposto, com base no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO MONTADORA DE AUTOMÓVEIS.. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ÀS CONCESSIONÁRIAS DE AUTOMÓVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA. RESTITUIÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS (IPI) PAGOS A MAIS. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. MANUTENÇÃO DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO ESTABELECIDO EM CONTRATO. NECESSIDADE. LAUDO PERICIAL QUE NÃO MERECE REPARO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. O débito deve ser atualizado consoante índice previsto no contrato até o efetivo pagamento, afastada a cumulação do índice contratual com a Tabela de Atualização Monetária editada pelo Tribunal de Justiça." (e-STJ fl. 455).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 479-484).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega a violação dos arts. 489 e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento, em síntese, de que o Tribunal de origem foi omissos quanto às alegações de que há equívocos nos cálculos no tocante aos seguintes tópicos: (i) valor das quotas do Fundo Estrela correspondente às despesas com a impetração do mandado de segurança; (ii) apuração do percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do Fundo Estrela com a consideração do "principal + rendimentos" como parâmetro de incidência do cálculo, e não apenas dos rendimentos auferidos; (iii) atualização dos valores apurados pela Simonaggio Perícias da data base de julho de 1998 até agosto de 1999; e (iv) divergência entre a variação da taxa SELIC aplicada pela perícia (31,73%) e a efetivamente ocorrida no período (27,98580645%) até o dia 09/09/1999.

Contrarrazões às fls. 504-507 (e-STJ).

Sobreveio juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 508-509), que inadmitiu o recurso especial por considerar que não se configurou a alegada ausência de prestação jurisdicional.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal merece provimento quanto à apontada ofensa ao art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, nas razões do agravo de instrumento (e-STJ fls. 01-14), bem como nos embargos de declaração opostos em face do acórdão recorrido (e-STJ fls. 465-471), a recorrente alegou que devem ser reconhecidos os seguintes equívocos nos cálculos elaborados pela perícia judicial: (a) não houve a atualização dos valores apurados no período de julho de 1998 até agosto de 1999, embora não haja indicação nesse sentido nos acordos celebrados pelas partes; (b) há divergência entre a variação da taxa SELIC do período de julho de 1998 até agosto de 1999 aplicada pela perícia (31,73%) e a

efetivamente ocorrida no período (27,98580645%); (c) o montante das despesas inerentes ao mandado de segurança que tramitou perante a Justiça federal totalizou R\$ 3.958.037,61, equivalente a 55.242,0237352 quotas do Fundo Estrela, conforme cotação vigente nas datas dos respectivos reembolsos, e não equivalente a 56.027,84645 quotas, valor indicado pela recorrida na apresentação de quesitos; e (d) *"os cálculos realizados divergem do acordado entre as partes, ou seja, o valor apurado representa 95% do valor representativo do "principal + rendimentos", e não 95% dos "rendimentos", conforme acordado entre as partes"* (e-STJ fl. 08).

No entanto, no acórdão recorrido, o Tribunal de origem limitou-se a expor fundamentação no sentido de que *"é descabido falar-se em aplicação dos índices adotados pela Tabela Prática desta Corte para atualização de débitos, devendo prevalecer aquele referente à variação da cota do denominado "Fundo Estrela" (e-STJ fl. 462).*

Nesse contexto, a Corte estadual deixou de se pronunciar acerca das matérias suscitadas pela recorrente acima referidas, ficando evidenciada a violação do art. 1.022, inciso II, do CPC/2015, uma vez que não foi prestada a jurisdição de forma integral.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVO EXAME DO FEITO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. OCORRÊNCIA DE OMISSÃO DE TEMA ESSENCIAL PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada, passando-se a novo exame do agravo em recurso especial.

2. Fica configurada ofensa ao art. 1.022 do do CPC/2015 quando o Tribunal a quo, apesar de devidamente provocado em sede de embargos de declaração, não se manifesta sobre tema essencial ao deslinde da controvérsia.

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em nova análise, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1443637/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 11/10/2019)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO. DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA A TERCEIROS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL. PRESENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA NOVO JULGAMENTO.

[...]

3. Os julgadores não são compelidos a se manifestar sobre todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, conforme pacífica jurisprudência deste STJ. Na hipótese, contudo, há matérias de fato e de interpretação contratual que são fundamentais para a correta resolução deste litígio e, assim, merecem ser devidamente apreciadas pelo TJ/RJ.

4. Assim, está presente na hipótese em julgamento uma violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, o que reclama nova manifestação do Tribunal de origem acerca dos pontos suscitados pela recorrente, com especial ênfase para as matérias destacadas acima.

5. Recurso especial parcialmente provido, com retorno dos autos ao Tribunal de origem.

(REsp 1728458/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 02/04/2019)

Portanto, sendo relevante a questão aventada na origem, impõe-se a acolhida do recurso especial para se reconhecer a apontada omissão e determinar a devolução dos autos à origem para a apreciação do tema omitido.

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/2015 c/c a Súmula 568/STJ, conheço do agravo para, desde logo, dar provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que sejam sanadas as omissões apontadas.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator